

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A ausência de marcação, a marcação de duas ou mais opções ou a marcação de opção em discordância com o gabarito oficial definitivo não serão penalizadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CE/PE = Constituição do Estado de Pernambuco; CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CONFAZ = Conselho Nacional de Política Fazendária; CP = Código Penal; CPC = Código de Processo Civil; CTN = Código Tributário Nacional; DF = Distrito Federal; FGTS = fundo de garantia por tempo de serviço; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; INSS = Instituto Nacional do Seguro Social; IPVA = imposto sobre a propriedade de veículos automotores; ITCMD = imposto sobre transmissão *causa mortis* ou doações; LRF = Lei de Responsabilidade Fiscal; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; OIT = Organização Internacional do Trabalho; RGPS = regime geral de previdência social; RPV = requisição de pequeno valor; PGE/PE = Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; SUS = Sistema Único de Saúde; TCE/PE = Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; TCU = Tribunal de Contas da União; TST = Tribunal Superior do Trabalho; TRF = Tribunal Regional Federal; TRT = tribunal regional do trabalho.

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1

A súmula vinculante, aprovada pelo STF e publicada na imprensa oficial, produz efeito vinculante em relação

- Ⓐ aos órgãos do Poder Legislativo em todas as esferas federativas.
- Ⓑ a todos os órgãos do Poder Judiciário, incluindo-se o próprio STF.
- Ⓒ aos órgãos do Poder Judiciário somente.
- Ⓓ aos órgãos da administração pública direta e indireta em todas as esferas federativas.
- Ⓔ aos órgãos do Poder Judiciário e aos órgãos da administração pública direta somente.

QUESTÃO 2

Os direitos destinados a assegurar a soberania popular mediante a possibilidade de interferência direta ou indireta nas decisões políticas do Estado são direitos

- Ⓐ políticos de primeira dimensão.
- Ⓑ políticos de terceira dimensão.
- Ⓒ políticos de segunda geração.
- Ⓓ sociais de segunda geração.
- Ⓔ sociais de primeira dimensão.

QUESTÃO 3

Considere as duas afirmações a seguir.

- I Em um processo judicial, o Estado deve assegurar a observância do contraditório e da ampla defesa.
- II Nas relações entre a imprensa e os particulares, a imprensa deve observar o direito à honra, sob pena de consequências como direito de resposta e indenização por dano material ou moral.

As afirmações I e II contemplam situações que exemplificam a

- Ⓐ eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- Ⓑ eficácia externa dos direitos fundamentais.
- Ⓒ eficácia diagonal dos direitos individuais.
- Ⓓ eficácia vertical e a eficácia horizontal dos direitos individuais, respectivamente.
- Ⓔ eficácia externa e a eficácia vertical dos direitos individuais, respectivamente.

QUESTÃO 4

Conforme a CF e a jurisprudência das cortes superiores, o *habeas data* pode ser impetrado

- Ⓐ para obter certidão de tempo de serviço junto ao INSS em bancos de dados privados cujas informações não sejam restritas ao depositário.
- Ⓑ somente pela pessoa em cujo nome constar o registro, salvo se for morto, quando, então, o herdeiro legítimo ou cônjuge supérstite poderão impetrá-lo.
- Ⓒ mesmo que não tenha havido prévia negativa ou inércia no fornecimento da certidão.
- Ⓓ por sindicato, em nome próprio, em substituição processual, para obter dados de seus associados.
- Ⓔ para se pleitear o direito ao esquecimento, mediante apagamento de registros em bancos de dados.

QUESTÃO 5

Proposta de emenda constitucional (PEC) que visa instituir o direito de secessão no ordenamento jurídico brasileiro encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. Recentemente, o governo decretou intervenção federal em um estado da Federação.

No que se refere a essa situação hipotética, considere as asserções apresentadas a seguir.

- I A referida PEC não poderá ser objeto de deliberação.
 II A CF veda emenda ao seu texto na vigência de intervenção federal.

Assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são falsas.
B A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
C A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
D As asserções I e II são verdadeiras, e a II é justificativa da I.
E As asserções I e II são verdadeiras, e a II não é uma justificativa da I.

QUESTÃO 6

Duas ações diretas de inconstitucionalidade foram julgadas procedentes: a primeira, porque a lei continha vício de iniciativa; a segunda, porque um tributo por ela criado não respeitou o princípio da anterioridade tributária, razão por que o tribunal declarou inconstitucional sua cobrança no exercício financeiro de sua criação, e a redação desta lei não precisou ser alterada.

Nessa situação, a(s) técnica(s) de decisão de inconstitucionalidade aplicada(s) foi(foram)

- A** declaração de nulidade total e declaração de nulidade parcial sem redução de texto, respectivamente.
B declaração de nulidade total por arrastamento e a interpretação conforme a CF, sem redução de texto, respectivamente.
C declaração de nulidade parcial com redução de texto e a interpretação conforme a CF, sem redução de texto, respectivamente.
D declaração de nulidade parcial em ambos os casos: no primeiro, com redução de texto; no segundo, sem redução de texto.
E declaração de nulidade total em ambos os casos: no segundo, em razão da dependência entre as partes constitucionais e inconstitucionais da lei.

QUESTÃO 7

Acerca da teoria do poder constituinte, julgue os seguintes itens.

- I Lei anterior não pode ser inconstitucional em relação à Constituição superveniente.
 II O poder constituinte derivado reformador, também chamado de poder constituinte difuso, refere-se às mutações constitucionais.
 III Se o conteúdo for compatível, a norma anterior será recepcionada, mesmo que sua forma não seja mais admitida pela Constituição superveniente.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
B Apenas o item II está certo.
C Apenas os itens I e III estão certos.
D Apenas os itens II e III estão certos.
E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 8

No que se refere à evolução histórica do princípio da separação dos poderes, julgue os itens a seguir.

- I As primeiras bases teóricas para a tripartição dos poderes foram lançadas na obra **Política**, de Aristóteles, na qual se vislumbrava a existência de três funções estatais, exercidas, entretanto, por um único órgão de poder soberano: a edição de normas gerais, a sua aplicação ao caso concreto e o julgamento.
 II Na obra **O espírito das leis**, Montesquieu aprimorou o pensamento aristotélico, ao propor que as funções estatais se relacionassem com três órgãos distintos, autônomos e independentes entre si, e não mais se concentrassem em um único órgão soberano.
 III A teoria da tripartição dos poderes está presente como dogma constitucional na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
 IV John Locke destacou-se como opositor da teoria da tripartição dos poderes e defensor da soberania estatal e fundador do empirismo.

Estão certos apenas os itens

- A** I e IV.
B II e III.
C II e IV.
D I, II e III.
E I, III e IV.

QUESTÃO 9

Acerca do sistema constitucional de defesa do Estado e das instituições democráticas em tempos de crises, assinale a opção correta.

- A** É competência exclusiva do Congresso Nacional a decretação e a suspensão do estado de defesa ou do estado de sítio.
B Instaura-se o estado de sítio em caso de iminente e grave instabilidade institucional que ameace a ordem pública em determinado local.
C Na vigência do estado de sítio decretado em decorrência de comprovada a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, poderá haver restrição relativa à liberdade de imprensa.
D O estado de defesa vigorará pelo prazo máximo de trinta dias, podendo ser prorrogado por novos períodos de até trinta dias, quantas vezes forem necessárias.
E O estado de defesa visa preservar a localidade em caso de resposta a agressão armada estrangeira.

QUESTÃO 10

No que se refere às regras constitucionais aplicáveis à carreira de procurador do estado, assinale a opção correta.

- A** O cargo de procurador do estado não está inserido no rol constitucional de cargos e funções essenciais à justiça.
B A atividade profissional do procurador do estado se resume à prestação de consultoria jurídica para a unidade federada na qual esteja em exercício.
C A estabilidade é assegurada ao procurador do estado após dois anos de exercício contínuo e ininterrupto de suas funções, preenchidos os demais requisitos legais.
D A remuneração do procurador consiste exclusivamente em subsídio fixado em parcela única.
E A participação da OAB é obrigatória somente no decorrer da primeira fase do concurso para procurador do estado.

QUESTÃO 11

Acerca da ordem econômica e financeira nacional, assinale a opção correta.

- A** Com a aplicação do princípio da soberania nacional à atividade econômica, visa-se evitar a influência descontrolada de outros países na economia brasileira.
- B** É inconstitucional o tratamento jurídico favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras, em razão de ter sede e administração no país, por afronta ao princípio da igualdade.
- C** Exige-se a autorização do órgão público competente para o trabalho e o exercício de qualquer atividade econômica.
- D** A defesa do consumidor é um direito fundamental individual, não se enquadrando, por isso, como princípio da atividade econômica.
- E** A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é permitida irrestritamente, se respeitado o princípio da livre concorrência.

QUESTÃO 12

Considerando o que preconiza a CF a respeito da ordem social, que objetiva o bem-estar e a justiça social, assinale a opção correta.

- A** A proteção da maternidade, um dos objetivos da seguridade social, condiciona-se ao cumprimento do tempo de contribuição para fins de carência.
- B** É permitida a destinação de recursos públicos a instituições privadas com fins lucrativos que participem do sistema único de saúde, para auxiliar em suas atividades.
- C** Uma das diretrizes do serviço público de saúde é o atendimento integral, com prioridade às atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- D** A seguridade social é financiada por toda a sociedade e pela União, sem participação dos estados e do DF.
- E** É expressamente proibida a participação de contribuições sociais sobre a receita de concursos de loteria no financiamento da seguridade social.

QUESTÃO 13

Com base no disposto na CF e na CE/PE, julgue os itens a seguir.

- I É de competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco a requisição de informações e cópias autenticadas de documentos referentes às despesas realizadas pelo TCE/PE.
- II Compete ao STF o processamento e o julgamento de mandado de segurança contra atos do TCU e ao STJ o processamento e o julgamento de mandado de segurança contra atos do TCE/PE.
- III O TCU é composto por nove ministros e o TCE/PE, por sete conselheiros.
- IV É dispensável a aprovação, pela Assembleia Legislativa, dos três conselheiros indicados pelo governador para compor o TCE/PE, uma vez que à assembleia cabe a prerrogativa de escolha da maioria dos componentes do referido órgão.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 14

A Lei n.º 13.089/2015 — Estatuto das Metrôpoles —

- A** é a lei específica acerca das regras gerais de política urbana, razão pela qual substituiu o Estatuto das Cidades.
- B** aplica-se às regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, mas não às microrregiões com características predominantemente urbanas instituídas pelos estados para atender funções públicas de interesse comum.
- C** prevê a governança interfederativa como instrumento para o estabelecimento das diretrizes para o desenvolvimento urbano da região metropolitana.
- D** prevê como diretriz específica das aglomerações urbanas o estabelecimento de um sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.
- E** extinguiu a possibilidade de os municípios criarem convênios de cooperação para atuar em funções públicas de interesse comum.

QUESTÃO 15

Com base nas disposições constitucionais a respeito da administração pública, assinale a opção correta.

- A** As funções de confiança devem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo e limitam-se a atribuições de direção, chefia, apoio e assessoramento.
- B** Governadores de estado e desembargadores do tribunal de justiça local não podem receber vencimentos superiores aos de deputado estadual.
- C** O Poder Judiciário pode determinar a equiparação salarial de servidores públicos com o aumento de salários para garantir a aplicação do princípio da isonomia.
- D** Os direitos políticos do agente público que usa de seu cargo ou função para auferir enriquecimento ilícito poderão ser suspensos e seus bens poderão ser decretados indisponíveis.
- E** Servidor público efetivo eleito vereador será, necessariamente, afastado de seu cargo.

DIREITO ADMINISTRATIVO**QUESTÃO 16**

Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

- A** O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.
- B** Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.
- C** A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.
- D** Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.
- E** Aplica-se a teoria do fato consumado no caso de remoção de servidor público para acompanhar cônjuge em virtude de decisão judicial liminar, ainda que a remoção não se ajuste à legalidade estrita.

QUESTÃO 17

Assinale a opção correta acerca da organização administrativa.

- A** Ocorre descentralização por serviços quando o poder público contrata empresa privada para desempenhar atividade acessória à atividade finalística da administração.
- B** A autorização, a permissão e a concessão de serviços públicos a empresas privadas caracterizam desconcentração administrativa.
- C** O ente titular do serviço público pode interferir na execução do serviço público transferido a outra pessoa jurídica no caso descentralização por serviços.
- D** A descentralização por colaboração resulta na transferência da titularidade e da execução do serviço público para empresas públicas ou sociedades de economia mista.
- E** No caso de descentralização por colaboração, a alteração das condições de execução do serviço público independe de previsão legal específica.

QUESTÃO 18

No que diz respeito à administração indireta e ao regime jurídico das agências reguladoras e executivas, assinale a opção correta.

- A** A autonomia técnica das agências reguladoras é compatível com a criação de instâncias administrativas revisoras de seus atos.
- B** Embora as agências reguladoras disponham de poder normativo técnico, as normas que resultam do seu poder regulamentar não introduzem direito novo no ordenamento.
- C** Desde que apresentem plano de reestruturação e celebrem contrato de gestão com o órgão supervisor, as associações civis podem ser qualificadas como agências executivas.
- D** Embora a estabilidade seja a regra para o mandato dos dirigentes das agências reguladoras, a lei instituidora da agência pode estabelecer condições distintas para a perda de cargo de seus dirigentes.
- E** De acordo com o STF, é viável condicionar a demissão de conselheiro de agência reguladora estadual durante o mandato a decisão exclusiva da assembleia legislativa local.

QUESTÃO 19

Assinale a opção correta com relação ao regime jurídico das empresas estatais e das sociedades de economia mista.

- A** Em razão da posição preponderante da administração pública, aplicam-se as normas de direito público aos contratos de obras celebrados por sociedades de economia mista.
- B** A aquisição de bens e serviços pelas empresas estatais prestadoras de serviço público deve seguir o procedimento estabelecido na Lei Geral de Licitações e Contratos.
- C** Uma empresa pública pode celebrar contrato de patrocínio com pessoa física para a promoção de atividade cultural, ainda que tal atividade seja desvinculada de sua marca.
- D** É dispensável às empresas públicas a realização de licitação para a compra de ações, títulos de crédito e bens que elas comercializem.
- E** Por ser atribuição do chefe do Poder Executivo, a extinção de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.

QUESTÃO 20

À luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a opção correta acerca de atos administrativos.

- A** Admite-se a convalidação de ato administrativo por meio de decisão judicial, desde que não haja dano ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- B** A nomeação dos ministros de tribunais superiores no Brasil é um ato administrativo complexo.
- C** Por ser a competência administrativa improrrogável, atos praticados por agente incompetente não se sujeitam a convalidação.
- D** Por serem os ocupantes de cargo em comissão demissíveis *ad nutum*, é sempre inviável a anulação do ato de exoneração de ocupante de cargo em comissão com fundamento na teoria dos motivos determinantes.
- E** Independentemente de novo posicionamento judicial, havendo modificação da situação de fato ou de direito, a administração poderá suprimir vantagem funcional incorporada em decorrência de decisão judicial transitada em julgado.

QUESTÃO 21

Considerando a doutrina, a jurisprudência e o disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca do processo administrativo.

- A** Ao administrado não é permitido alegar em instância superior fato ou prova não trazida na fase inicial do processo administrativo.
- B** No processo administrativo, configura vício insanável a prática de ato administrativo por agente público sob suspeição ou impedimento.
- C** Admite-se a tutela cautelar no processo administrativo, desde que haja a prévia manifestação do interessado no sentido de sua necessidade.
- D** É de dez anos o prazo decadencial para se rever ato administrativo praticado antes da promulgação da Lei n.º 9.784/1999.
- E** Órgão competente para o julgamento de recursos no processo administrativo poderá agravar a situação do recorrente, desde que lhe seja garantida a oportunidade para a apresentação de alegações.

QUESTÃO 22

À luz da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o poder de polícia, o poder disciplinar, o poder normativo e o dever de probidade na administração pública, assinale a opção correta.

- A** Cabe aos conselhos regionais de farmácia, no exercício do poder de polícia, licenciar e fiscalizar as condições de funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos.
- B** O pagamento de multa resultante de autuação por agente de trânsito não implica a desistência da discussão judicial da infração.
- C** A configuração de ato de improbidade administrativa requer que haja enriquecimento ilícito ou dano ao erário.
- D** A ocorrência do ato de improbidade administrativa, em regra, viabiliza a reparação por dano moral coletivo.
- E** Em razão do poder disciplinar da administração pública, é admissível que edital de concurso público proíba a participação de candidatos tatuados.

QUESTÃO 23

Considerando que a administração pública pretenda celebrar uma parceria, sem a transferência de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil para a execução de finalidade de interesse público e recíproco na área de educação, assinale a opção que, de acordo com o marco regulatório das organizações da sociedade civil, corresponde ao instrumento adequado a esse caso.

- A** convênio
- B** termo de fomento
- C** termo de colaboração
- D** acordo de cooperação
- E** protocolo de intenções

QUESTÃO 24

Um estado da Federação, com o objetivo de melhorar a prestação do serviço público de saúde, resolveu construir novos hospitais, de modo a aumentar a infraestrutura física da rede estadual do SUS.

Nessa situação hipotética, as empresas responsáveis pelas obras poderão ser selecionadas, independentemente do valor, por meio de

- A** licitação na modalidade convite.
- B** dispensa de licitação, desde que haja grave risco à saúde pública.
- C** licitação na modalidade concorrência.
- D** licitação na modalidade tomada de preços.
- E** licitação no regime diferenciado de contratação.

QUESTÃO 25

Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- I** No caso de atrasos dos pagamentos devidos pela administração contratante, superiores a noventa dias, é possível a aplicação, pelo contratado, da exceção do contrato não cumprido, salvo em casos excepcionais, como calamidade pública ou guerra.
- II** A modificação do regime de execução da obra para melhor adequação técnica constitui hipótese de alteração unilateral do contrato.
- III** Aos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra aplica-se o reajuste por índices.
- IV** É cláusula necessária dos contratos administrativos a que estabelece as penalidades cabíveis para as situações de sua inexecução parcial ou total.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas os itens I e II estão certos.
- B** Apenas os itens I e IV estão certos.
- C** Apenas os itens II e III estão certos.
- D** Apenas os itens III e IV estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 26

Com referência à organização e ao funcionamento da PGE/PE, compete à(ao)

- A** Procuradoria Consultiva exercer o assessoramento jurídico no âmbito das secretarias de Estado, inclusive em matéria tributária.
- B** Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo redigir e opinar sobre decretos, atos, ofícios e outros documentos que dependam de assinatura do governador do estado.
- C** Corregedoria-Geral representar ao procurador-geral do estado sobre providências reclamadas pelo interesse público referentes à instituição.
- D** Procuradoria do Contencioso representar o estado de Pernambuco e suas autarquias em juízo, inclusive em matéria tributária.
- E** Conselho Superior instaurar, de ofício ou por determinação do governador do estado ou do procurador-geral do estado, sindicância e inquéritos administrativos contra os procuradores do estado.

QUESTÃO 27

Dado o poder de autotutela, compete à administração pública anular seus próprios atos, quando eles estiverem eivados de vício de legalidade. De acordo com a Lei de Processo Administrativo do Estado de Pernambuco, o prazo para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários e efeitos danosos ao estado deve ser contado da data em que tais atos forem praticados e decai em

- A** cinco anos, salvo comprovada má-fé.
- B** três anos, em todos os casos.
- C** dez anos, salvo comprovada má-fé.
- D** vinte anos, salvo comprovada má-fé.
- E** quinze anos, em todos os casos.

QUESTÃO 28

De acordo com a conceituação dada pela doutrina pertinente, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na utilização privativa de bem público para fins de interesse público é denominado

- A** permissão de uso de bem público.
- B** autorização de uso de bem público.
- C** concessão de direito real de uso de bem público.
- D** concessão de uso de bem público.
- E** cessão de uso de bem público.

QUESTÃO 29

Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, em especial,

- A** perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
- B** utilizar, em obra particular, máquinas de propriedade de entidades da administração pública indireta estadual.
- C** frustrar a licitude de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.
- D** realizar operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares.
- E** deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

QUESTÃO 30

Segundo o entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento sob sua custódia é

- A objetiva, com base na teoria do risco integral, sem a possibilidade de aplicação de causas excludentes de responsabilidade.
- B subjetiva, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas.
- C objetiva, com base na teoria do risco administrativo, mas apenas em relação às condutas estatais comissivas.
- D subjetiva, com base na teoria da falta do serviço, no caso de omissão estatal.
- E objetiva, com base na teoria do risco administrativo, em caso de inobservância do seu dever constitucional específico de proteção, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas.

DIREITO TRIBUTÁRIO**QUESTÃO 31**

Em relação aos créditos de natureza tributária, a inscrição em dívida ativa

- A interrompe o prazo de prescrição da ação para a cobrança do crédito.
- B suspende o prazo de prescrição da ação para a cobrança do crédito.
- C interrompe o prazo prescricional para o lançamento do crédito.
- D suspende o prazo prescricional para o lançamento do crédito.
- E não interrompe nem suspende o prazo prescricional da ação para a cobrança do crédito.

QUESTÃO 32

A técnica de tributação que observa o princípio da capacidade contributiva consiste em

- A diminuir a alíquota na proporção da ampliação da base de cálculo.
- B majorar a carga tributária conforme a essencialidade do produto tributado.
- C estabelecer teto máximo de valor para o pagamento de determinados tributos, mantendo-se a modicidade tributária.
- D fixar alíquotas percentualmente menores para os contribuintes que tenham menor patrimônio pessoal.
- E confiscar bens considerados supérfluos em relação aos contribuintes que apresentem sinais externos de riqueza excessiva.

QUESTÃO 33

As hipóteses de limitação ao poder de tributar decorrente do princípio constitucional da imunidade recíproca incluem

- A proibir a União de instituir impostos sobre o patrimônio de estados e municípios.
- B vedar as limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.
- C proibir que estado estabeleça diferença tributária entre bens e serviços em razão do município de procedência ou de destino.
- D vedar isenções de tributos da competência de outros entes federativos.
- E proibir a instituição de tributo federal que não seja uniforme em todo o território nacional.

QUESTÃO 34

Segundo o CTN, a conversão do depósito judicial em renda é considerada uma modalidade de

- A remissão do crédito tributário.
- B suspensão do crédito tributário.
- C extinção do crédito tributário.
- D exclusão do crédito tributário.
- E dispensa do crédito tributário.

QUESTÃO 35

Considerando-se o que dispõe o CTN, é correto afirmar que, como regra geral, os tributos

- A são compulsórios, podendo a sua obrigatoriedade advir da lei ou do contrato.
- B podem ser pagos em pecúnia, *in natura* ou *in labore*.
- C são cobrados mediante atividade administrativa, a qual pode ser vinculada ou discricionária.
- D podem incidir sobre bens e rendimentos decorrentes de atos ilícitos, embora não possam ser utilizados como sanção.
- E têm por fato gerador uma situação jurídica abstrata, não sendo possível vincular um tributo a qualquer atividade estatal específica.

QUESTÃO 36

Considerando o que dispõe o CTN, assinale a opção correta a respeito das obrigações tributárias.

- A A obrigação tributária surge apenas com a ocorrência da hipótese de incidência do tributo.
- B A obrigação acessória é convertida em obrigação principal na hipótese de sua inobservância.
- C O fato gerador deve ser o mesmo tanto para a obrigação principal quanto para a obrigação acessória.
- D O sujeito ativo da obrigação acessória é denominado responsável tributário.
- E Uma vez modificado o crédito tributário, deve ser igualmente alterada a obrigação tributária dele originada.

QUESTÃO 37

Determinado tributo deveria ter sido lançado no dia 5 de setembro de 2016, uma segunda-feira, mas o contribuinte não providenciou a declaração do débito. A legislação desse tributo atribuiu ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.

Nessa situação hipotética, considerando-se a posição majoritária do STJ, a data correta para o início da contagem do prazo quinquenal para a fazenda pública constituir o crédito tributário é o

- A dia 5 de setembro de 2016.
- B dia 6 de setembro de 2016.
- C último dia útil de setembro de 2016.
- D primeiro dia útil de outubro de 2016.
- E dia 1.º de janeiro de 2017.

QUESTÃO 38

Determinado município deseja criar um novo tributo com a finalidade específica de custear o serviço de iluminação pública. O valor arrecadado ficará afetado exclusivamente a esse tipo de despesa.

De acordo com a CF, nesse caso, o município deve criar

- A** um imposto.
- B** uma contribuição.
- C** uma taxa.
- D** um emolumento.
- E** um preço público.

QUESTÃO 39

Cláudio declarou à Receita Federal, para fins de imposto de renda, o recebimento de R\$ 40.000 em espécie no dia 1.º/12/2016, a título de doação recebida de familiar vivo. Este foi o único valor que recebeu por doação durante o ano. Em 1.º/5/2017, verificou-se não ter havido recolhimento de ITCMD referente a essa operação.

Nessa situação hipotética, conforme disposições da Lei estadual n.º 13.974/2009, sobre a operação descrita

- A** não há incidência do ITCMD, tendo em vista o valor mínimo fixado em lei.
- B** há incidência do ITCMD, devendo-se efetuar o lançamento de ofício e aplicar-se a multa de 100% sobre o valor do tributo.
- C** há incidência do ITCMD, mas não será possível a aplicação de multa se ainda se estiver no prazo legal para a declaração do contribuinte.
- D** há incidência do ITCMD, devendo-se efetuar o lançamento de ofício e aplicar-se multa de 30% sobre o valor do tributo.
- E** há isenção do ITCMD, em razão do valor mínimo fixado em lei.

QUESTÃO 40

Em 2014, quando do falecimento de Anísio, um de seus veículos automotores de passeio permaneceu na posse de seu amigo Bruno. Os herdeiros não tinham conhecimento do veículo e o bem não integrou a partilha, tendo permanecido registrado em nome do *de cuius*. Em 2018, a PGE/PE verificou que o IPVA referente ao exercício de 2016 não havia sido pago.

Nessa situação hipotética, conforme disposições da Lei estadual n.º 10.849/1992, Bruno

- A** possui responsabilidade subsidiária em relação ao valor do imposto.
- B** é o contribuinte do tributo.
- C** não possui responsabilidade em relação ao valor do imposto, devendo o espólio figurar em dívida ativa.
- D** possui responsabilidade solidária em relação ao valor do tributo.
- E** não possui responsabilidade, pois o veículo não está registrado em seu nome no órgão de fiscalização de trânsito.

QUESTÃO 41

Determinada empresa de revenda de veículos usados aceitou automóvel de passeio em consignação com o objetivo de intermediar a venda. Dada a pouca demanda dos clientes pelo veículo, resolveu transportá-lo para uma de suas filiais, dentro do mesmo estado, com maior visibilidade de mercado.

No que se refere a essa situação hipotética, considere as asserções apresentadas a seguir.

- I** O ICMS incide sobre a operação de transferência entre as filiais, mas não sobre a operação de consignação.
- II** Para a incidência do ICMS, exige-se a transferência física da mercadoria.

Assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são falsas.
- B** A asserção I é verdadeira, e a II, falsa.
- C** A asserção I é falsa, e a II, verdadeira.
- D** As asserções I e II são verdadeiras, e a II é justificativa da I.
- E** As asserções I e II são verdadeiras, e a II não é uma justificativa da I.

QUESTÃO 42

Nos termos da Lei estadual n.º 10.654/1991, a partir da data da protocolização do processo na Secretaria da Fazenda, a consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação relativa aos tributos estaduais direcionada ao Tribunal Pleno do Tribunal Administrativo Tributário do Estado produzirão como efeitos

- A** a suspensão do curso do prazo para cumprimento de obrigação tributária e o impedimento de aproveitar o crédito fiscal objeto da petição.
- B** a suspensão do curso do prazo para cumprimento de obrigação tributária e a suspensão da ocorrência do fato gerador do tributo em questão.
- C** o impedimento para o início de procedimento fiscal de apuração do fato e a suspensão de execução fiscal sobre o fato em consulta.
- D** o impedimento de aproveitar o crédito fiscal objeto da consulta e a suspensão dos efeitos da certidão positiva de débito fiscal.
- E** a suspensão dos efeitos da certidão positiva de débito fiscal e a suspensão do curso do prazo para cumprimento de todas as obrigações tributárias do contribuinte.

QUESTÃO 43

De acordo com a Lei n.º 6.830/1980, a PGE/PE pode promover execução fiscal contra

- A** o devedor e o interessado economicamente na ocorrência do fato gerador.
- B** o fiador e o administrador judicial da massa falida.
- C** o depositário e o espólio.
- D** o fiador e o responsável tributário.
- E** o administrador judicial da massa falida e o responsável tributário.

QUESTÃO 44

Desde 2016, Lia é microempreendedora individual no ramo de venda de calçados nacionais e opta pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais. Em 2017, ela auferiu renda bruta anual de R\$ 80.500 e estima, para 2018, o crescimento dessa renda em mais de R\$ 1.000 em relação ao ano anterior. Neste ano, ela pretende expandir seu comércio com a abertura de mais um ponto de venda e participar, como sócia, em empresa de sua irmã, cuja atividade é a venda a varejo de roupas.

Nessa situação hipotética, à luz da Lei Complementar n.º 123/2006, Lia será desenquadrada do atual regime de recolhimento caso

- I sua renda bruta aumente conforme o esperado em 2018;
- II se torne sócia da empresa de sua irmã;
- III abra o novo estabelecimento.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 45

Pedro, administrador da empresa X, declarou regularmente o valor de ICMS devido, mas não realizou o pagamento no prazo legal, do que resultou a constituição definitiva do crédito tributário.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.137/1990 e a jurisprudência dos tribunais superiores, a conduta de Pedro

- A foi atípica.
- B não será punível se o pagamento for realizado, mesmo fora do prazo.
- C será considerada típica somente se as informações prestadas na declaração forem falsas.
- D configurou crime contra a ordem tributária.
- E configurou fraude.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**QUESTÃO 46**

O CPC prevê a possibilidade de convenção processual em processos que versem sobre direitos que admitam a autocomposição. Conforme o entendimento doutrinário, esse instituto

- A não poderá ser firmado pela fazenda pública.
- B não poderá ser celebrado em contrato de convivência.
- C não poderá ser objeto de controle de ofício pelo juiz.
- D poderá estipular a interposição de recurso *per saltum* às cortes superiores.
- E poderá estipular a cláusula “sem recurso” bilateralmente.

QUESTÃO 47

A respeito da aplicação da tutela de urgência, assinale a opção correta.

- A Poderá ser deferida e efetivada contra o poder público antes do trânsito em julgado do processo.
- B Cassada em sentença, somente poderá ser restabelecida mediante o deferimento de pedido nesse sentido constante no respectivo recurso.
- C Será concedida sempre que caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte adversa ou o abuso do direito de defesa, independentemente de demonstração de perigo de dano.
- D Não poderá ser concedida nos processos sobrestados por força do regime repetitivo.
- E Não poderá ser concedida em incidente de descon sideração da personalidade jurídica.

QUESTÃO 48

A respeito da fazenda pública em juízo, julgue os itens a seguir.

- I A participação da fazenda pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do MP como fiscal da ordem jurídica nos autos.
- II Não se aplica a regra de contagem de prazos em dias úteis do novo diploma processual civil para a oposição dos embargos à execução fiscal.
- III A suspensão dos prazos processuais no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro não se estende ao MP, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 49

Em instância extraordinária, o relator do processo constatou que o advogado subscritor do recurso especial não tinha procuração nos autos.

Considerando-se as disposições do CPC, o relator deve, nessa situação hipotética,

- A declarar o recurso inexistente.
- B oportunizar a regularização da representação processual.
- C oportunizar a regularização da capacidade processual do recorrente.
- D remeter o processo ao colegiado para decisão.
- E deixar de conhecer do recurso especial.

QUESTÃO 50

O benefício da contagem em dobro do prazo para manifestações da fazenda pública

- A se aplica no âmbito dos juizados especiais da fazenda pública.
- B não se aplica para a contestação em ação popular.
- C se aplica aos procuradores de sociedades de economia mista.
- D não se aplica aos procuradores de fundações de direito público.
- E se aplica cumulativamente ao benefício de prazo em dobro na multiplicidade de litisconsortes com procuradores diversos em autos eletrônicos.

QUESTÃO 51

A multa por ato atentatório à dignidade da justiça

- A** é aplicável às partes e aos seus procuradores.
- B** pode ser acumulada com sanções criminais, civis e processuais.
- C** enseja a comunicação à respectiva corregedoria se aplicada aos advogados públicos.
- D** tem por base o valor da causa, vedada a utilização do salário mínimo em qualquer hipótese.
- E** aplica-se quando a parte apresenta defesa que sabe ser destituída de fundamento.

QUESTÃO 52

O réu apresentou pedido reconvenicional, mas não indicou o correspondente valor da causa.

Nessa situação hipotética, o juiz deverá determinar

- A** a abertura de prazo para a réplica, pois o valor da causa não é necessário na reconvenção.
- B** o desentranhamento da reconvenção e o seguimento do processo, considerando apenas a contestação.
- C** a abertura de prazo para a réplica, pois não cabe ao juiz, de ofício, corrigir valor da causa ou sua ausência.
- D** a emenda da contestação, sob pena de não conhecimento do pedido reconvenicional em particular, sem prejuízo da defesa apresentada contra o pedido do autor na mesma peça.
- E** a emenda da contestação, sob pena de revelia, ônus aplicável se, após oportunizada a correção pelo juiz, o réu persistir na omissão.

QUESTÃO 53

Se determinado indivíduo impetrar mandado de segurança sobre matéria trabalhista contra ato de governador de estado, tal mandado deverá ser processado e julgado pelo

- A** tribunal de justiça local.
- B** TRT local.
- C** TRF local.
- D** STJ.
- E** STF.

QUESTÃO 54

À luz do CPC e do entendimento jurisprudencial sobre a matéria, assinale a opção correta acerca da reclamação constitucional.

- A** O CPC contém dispositivo que regula o julgamento do mérito da reclamação constitucional, determinando que compete ao plenário ou a órgão especial da corte examiná-la.
- B** Ocorrendo o julgamento de recurso interposto contra a mesma decisão proferida pelo órgão reclamado, a reclamação constitucional será considerada prejudicada.
- C** A reclamação poderá ser utilizada como sucedâneo de ação rescisória no caso de trânsito em julgado da decisão reclamada, desde que observado o prazo decadencial de dois anos.
- D** A parte sucumbente não poderá ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios, uma vez que a interposição da reclamação caracteriza mero incidente processual, dispensando-se o contraditório.
- E** A reclamação constitucional poderá ser manejada para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando houver o esgotamento das instâncias ordinárias.

QUESTÃO 55

De acordo com o CPC, no procedimento especial contencioso do inventário e da partilha, o juiz responsável pelo julgamento do processo possui competência para decidir

- A** qualquer questão de direito, decorrente ou não de controvérsia fática, que seja relevante para o resultado final do processo.
- B** questões de direito que dependam do exame de qualquer modalidade de prova, excepcionada somente a prova pericial.
- C** todas as questões de direito, mesmo as que decorram de controvérsia fática, desde que os fatos relevantes estejam provados por documento.
- D** apenas questões de direito que não dependam do exame de provas, sendo sempre nula toda decisão que solucione controvérsia fática.
- E** controvérsias jurídicas que dependam do exame de provas, desde que haja convenção processual entre as partes para ampliar sua competência.

QUESTÃO 56

No que concerne à execução contra a fazenda pública, ao regime de pagamento por precatórios e RPVs, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

- A** Na execução contra a fazenda pública, incidem juros de mora no período compreendido entre a data de realização dos cálculos e a de expedição da requisição para pagamento.
- B** Em mandado de segurança, o pagamento dos valores devidos entre as datas de impetração e de concessão da ordem não se submete ao regime de precatórios.
- C** A execução de valores devidos por conselho de fiscalização se submete ao sistema de precatórios previsto na CF, dada a natureza autárquica desses entes.
- D** É inconstitucional a execução individual, por meio de RPV, de sentença genérica que tenha condenado a fazenda pública em ação coletiva para a tutela de direitos individuais homogêneos.
- E** Quando da impugnação parcial feita pela fazenda pública, deve-se aguardar o trânsito em julgado da discussão acerca da parcela controvertida para iniciar-se a execução da parcela incontroversa.

QUESTÃO 57

No processo civil, é vedado ao órgão judicial que prolatar a decisão recorrida exercer o juízo de retratação na hipótese de interposição de

- A** agravo de instrumento cuja finalidade seja impugnar decisão interlocutória que tenha determinado a exclusão de litisconsorte.
- B** apelação intempestiva, mesmo que o juízo reconheça erro em sua sentença pela improcedência liminar do pedido.
- C** agravo interno, sob pena de usurpação de competência de órgão colegiado.
- D** recurso especial sobrestado que se submeta ao regime jurídico dos recursos repetitivos.
- E** recurso contra decisão de natureza interlocutória prolatada, em primeiro grau, na fase de execução.

QUESTÃO 58

No que concerne a mandado de injunção, ação de improbidade administrativa, ação civil pública e ação popular, julgue os seguintes itens.

- I De acordo com o STJ, a sentença que julgar improcedente a ação de improbidade administrativa se submeterá ao regime de reexame necessário, independentemente do valor atribuído à causa.
- II É vedado ao MP assumir a titularidade de ação popular na hipótese de desistência do autor, ainda que nenhum outro cidadão legitimado promova o prosseguimento da ação.
- III De acordo com lei que disciplina o mandado de injunção, uma vez transitada em julgado a decisão final, o relator poderá, monocraticamente, estender seus efeitos a casos análogos.
- IV O STJ entende que o sindicato possui legitimidade para ajuizar, na qualidade de substituto processual, ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos da categoria que ele representa.

Assinale a opção correta.

- A Estão certos apenas os itens I e II.
- B Estão certos apenas os itens I e III.
- C Estão certos apenas os itens II e IV.
- D Estão certos apenas os itens I, III e IV.
- E Estão certos apenas os itens II, III e IV.

QUESTÃO 59

Alguns procedimentos especiais referentes a determinadas modalidades de ações foram extintos com o advento do novo CPC, em 2015. Nesses casos, as ações propostas e não sentenciadas antes da entrada em vigor do atual CPC continuam sendo submetidas ao regime disciplinado em procedimento específico previsto no antigo diploma processual civil, de 1973. Esses casos incluem a

- A ação de divisão e de demarcação de terras particulares e a ação de exigir contas.
- B homologação do penhor legal e a ação de usucapião de terras particulares.
- C regulação de avaria grossa e a ação de nunciação de obra nova.
- D ação de vendas a crédito com reserva de domínio e a ação de dissolução parcial de sociedade.
- E ação de anulação e substituição de títulos ao portador e a ação de depósito.

QUESTÃO 60

Observada a regra que determina que o valor da causa não pode ultrapassar o limite de sessenta salários mínimos, o juizado especial da fazenda pública possui competência para julgar

- A ação civil pública para a tutela de direito difuso decorrente de dano ambiental simples.
- B ação que tenha como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidor civil.
- C ação em que contribuinte questione a validade do lançamento de crédito tributário estadual.
- D mandado de segurança contra ato praticado por servidor municipal em procedimento licitatório.
- E ação proposta por particular para reivindicar bem imóvel de autarquia estadual.

DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL**QUESTÃO 61**

No que se refere à pessoa jurídica de direito privado que tenha por objeto a prestação de serviços médicos com finalidade lucrativa, sob a forma de limitada, assinale a opção correta.

- A Essa pessoa jurídica poderá ser constituída com sócios pessoas naturais ou pessoas jurídicas.
- B Exige-se, para a sua constituição, que o contrato social seja realizado por instrumento público.
- C O administrador dessa pessoa jurídica deverá ser um de seus sócios.
- D O capital dessa pessoa jurídica poderá ser constituído por contribuição relativa à prestação de serviços.
- E O ato instituidor da sociedade será declarado nulo se omitir-se quanto à distribuição dos resultados.

QUESTÃO 62

A respeito das operações societárias, julgue os itens a seguir.

- I Na fusão há um ato desconstitutivo de duas sociedades e um ato constitutivo de uma nova sociedade, a qual pode, inclusive, ser de um tipo diferente.
- II A transformação não acarreta a dissolução da sociedade, mas apenas muda a disciplina legal.
- III A incorporação cria nova sociedade, com o mesmo tipo societário, a qual assumirá todos os direitos e obrigações das incorporadas.
- IV Será nula de pleno direito a cisão em que apenas parte do patrimônio de uma sociedade seja transferida à outra.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 63

Se uma instituição financeira antecipar a determinado cliente o valor de crédito não vencido desse cliente contra terceiro e receber o crédito em cessão, então, essa situação configura

- A o mútuo bancário.
- B a faturização.
- C o desconto bancário.
- D o depósito bancário.
- E a abertura de crédito.

QUESTÃO 64

Em determinado contrato, uma pessoa garantiu satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor. A dívida é futura e o devedor não anuiu ao contrato.

Nessa situação, se o devedor não cumprir a obrigação,

- A o contrato será passível de invalidação.
- B será admitida a interpretação extensiva para beneficiar o devedor.
- C o contrato será nulo.
- D o garantidor poderá utilizar o benefício de ordem.
- E será restabelecida a garantia diante da evicção da coisa dada em pagamento.

QUESTÃO 65

Ao autorizar o juiz a regular de maneira diferente dos critérios legais a situação dos filhos em relação aos pais, em caso de haver motivos graves, o Código Civil permite o uso

- A da analogia.
- B da interpretação sistemática.
- C dos princípios gerais do direito.
- D dos costumes.
- E da equidade.

QUESTÃO 66

Em razão da premente necessidade da entrega das mercadorias que transportava, o motorista contratado pela empresa de transporte conduziu o veículo de carga em alta velocidade, vindo a colidir com outro veículo, o que causou a morte do condutor desse veículo.

Nesse caso, a responsabilidade do empregador é objetiva,

- A desde que provado que o empregado estava em horário de trabalho.
- B mas depende da prova da culpa *in eligendo*.
- C mas depende da prova da culpa *in vigilando*.
- D estando de acordo com a teoria da substituição.
- E independentemente de prova da conduta culposa do empregado.

QUESTÃO 67

Uma obrigação foi extinta em virtude da constituição de uma nova obrigação — com novo devedor — que ocupou o lugar da primeira.

Nesse caso,

- A a nova obrigação será inválida se o débito primitivo estiver sujeito a termo.
- B a nova obrigação representará renúncia a sua invocação se estiver prescrito o débito primitivo.
- C será lícito ao novo devedor alegar as exceções que beneficiariam o devedor anterior.
- D a dívida será satisfeita pelo devedor primitivo em caso de insolvência do novo devedor.
- E a exigência do primeiro débito ficará suspensa até a extinção da dívida atual.

QUESTÃO 68

Por meio de escritura pública devidamente registrada, Pedro concedeu a Rodolfo a propriedade, por prazo determinado, de construção que efetuar em área de seu terreno.

Essa relação reflete o direito de

- A superfície.
- B servidão contínua contratual.
- C uso.
- D usufruto temporário.
- E habitação.

QUESTÃO 69

Quando alguém obtém lucro exagerado, desproporcional, aproveitando-se da situação de necessidade real e notória do outro contratante, configura-se o vício do negócio jurídico denominado

- A abuso de direito.
- B lesão.
- C dolo de aproveitamento.
- D coação.
- E estado de perigo.

DIREITO DO TRABALHO**QUESTÃO 70**

De acordo com a legislação trabalhista em vigor, quando determinada categoria econômica, na fase de negociação coletiva, estiver debatendo as cláusulas da convenção coletiva, será vedado às partes negociarem acerca da supressão ou redução

- A do enquadramento do grau de insalubridade e da prorrogação de jornada em locais insalubres.
- B da participação nos lucros da empresa.
- C do intervalo intrajornada, respeitado o limite de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- D do percentual mínimo de acréscimo de 50% à hora normal para remunerar o serviço extraordinário.
- E da troca do dia de feriado.

QUESTÃO 71

Joana trabalha em uma padaria e, há algum tempo, o seu empregador vem demonstrando insatisfação com o serviço prestado por ela. Por sua vez, Joana também está insatisfeita com as medidas que vêm sendo adotadas pelo seu empregador. Por tais razões, o empregador e Joana decidiram, por mútuo acordo, extinguir o contrato de trabalho.

Nessa situação hipotética, Joana terá direito

- A à integralidade de todas as verbas trabalhistas.
- B a metade do aviso prévio, se indenizado, além da habilitação no programa de seguro-desemprego.
- C a metade da indenização sobre o saldo do FGTS, além da movimentação da conta vinculada desse fundo, limitada a 50% do valor dos depósitos.
- D a metade de todas as verbas trabalhistas, mas não terá direito a habilitação no programa de seguro-desemprego.
- E a metade da indenização sobre o saldo do FGTS, cuja conta vinculada poderá ser movimentada até o limite de 80%, e metade do aviso prévio, se indenizado, bem como à integralidade das demais verbas trabalhistas, mas não terá direito a habilitação no programa de seguro-desemprego.

QUESTÃO 72

Considerando as alterações introduzidas na legislação pela reforma trabalhista de 2017, julgue os itens subsequentes.

- I As diárias para viagem recebidas no importe de 70% do salário do empregado devem integrar a sua remuneração, constituindo base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários.
- II Desde que haja a concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, desde que um deles não seja inferior a vinte dias corridos e os demais não sejam inferiores a cinco dias corridos, cada um.
- III Para efeito de equiparação salarial, considera-se trabalho de igual valor aquele realizado com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, exigindo-se que o paradigma e o paragonado não tenham diferença de mais de quatro anos de tempo de serviço para o mesmo empregador e que a diferença de tempo na mesma função não seja superior a dois anos.
- IV A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo implicará o pagamento apenas do período suprimido, sendo a natureza desse pagamento indenizatória.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.
- E II, III e IV.

QUESTÃO 73

Acerca dos grupos econômicos e da sucessão de empregadores, julgue os itens a seguir, considerando a reforma trabalhista de 2017.

- I Uma vez caracterizada a sucessão trabalhista, apenas a empresa sucessora responderá pelos débitos de natureza trabalhista, podendo-se acionar a empresa sucedida somente se comprovada fraude na operação societária que transferiu as atividades e os contratos de trabalho.
- II Para a justiça do trabalho, a mera identidade de sócios é suficiente para configurar a existência de um grupo econômico.
- III Configurado o grupo econômico, as empresas responderão subsidiariamente pelas obrigações decorrentes das relações de emprego.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 74

Acerca do direito coletivo do trabalho, assinale a opção correta.

- A De acordo com a Convenção n.º 87 da OIT, as autoridades públicas devem intervir na elaboração dos estatutos e regulamentos administrativos das organizações de trabalhadores e de entidades patronais.
- B O Brasil não recepcionou a Convenção n.º 87 da OIT, já que a plena liberdade e a pluralidade sindicais contrariam o princípio da unicidade sindical.
- C As cláusulas firmadas por convenções ou acordos coletivos poderão ser objeto de impugnação e anulação por meio do ajuizamento de ações individuais.
- D As cláusulas e condições estabelecidas nas convenções coletivas de trabalho deverão prevalecer sobre aquelas estipuladas nos acordos coletivos de trabalho.
- E Esgotado o prazo de vigência previsto na convenção ou no acordo coletivo, aquelas disposições negociadas devem continuar a produzir efeitos até que instrumento posterior determine sua cessação.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**QUESTÃO 75**

Julgue os seguintes itens, acerca dos procedimentos nos dissídios individuais.

- I De acordo com o entendimento do TST, o *jus postulandi* abrange a atuação nas varas do trabalho e nos TRTs, inclusive no que se refere aos mandados de segurança.
- II Ao advogado, ainda que atuando em causa própria, serão devidos honorários sucumbenciais, inclusive nas ações contra a fazenda pública.
- III A exceção de incompetência territorial deverá ser suscitada, por petição, antes da realização da audiência, no prazo de cinco dias a contar da notificação.
- IV Ainda que o advogado esteja presente na audiência, a ausência do reclamado impossibilitará a entrega da contestação e de documentos a ela acostados.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E III e IV.

QUESTÃO 76

De acordo com o disposto na CLT e com a jurisprudência do TST a respeito da execução trabalhista, a parte executada será citada para pagar a quantia devida ou indicar bens à penhora no prazo de

- A vinte e quatro horas.
- B trinta e seis horas.
- C quarenta e oito horas.
- D sessenta horas.
- E setenta e duas horas.

QUESTÃO 77

No processo do trabalho, a prescrição intercorrente ocorrerá no prazo de

- A um ano.
- B dois anos.
- C três anos.
- D quatro anos.
- E cinco anos.

QUESTÃO 78

Nas causas sujeitas ao rito sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista na hipótese de

- A violação à CLT ou contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST.
- B divergência estabelecida entre as turmas do TST.
- C violação às normas estabelecidas em convenção coletiva do trabalho da categoria ou contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST.
- D divergência estabelecida entre os TRTs.
- E contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do TST ou a súmula vinculante do STF, bem como por violação direta à CF.

QUESTÃO 79

Assinale a opção correta à luz do entendimento do TST acerca da ação rescisória no processo do trabalho.

- A A discussão sobre o prazo prescricional dos créditos trabalhistas, se total ou parcial, pode ser objeto de ação rescisória.
- B A sentença normativa preexistente à sentença rescindenda poderá ser considerada prova nova, mesmo que não tenha sido exibida no processo originário por negligência da parte.
- C O silêncio da parte vencedora a respeito de fatos contrários a ela não constitui dolo processual capaz de subsidiar ação rescisória.
- D O sindicato não possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, ainda que tenha atuado como substituto processual na reclamação trabalhista que tiver originado a sentença rescindenda.
- E Não é necessário indicar a norma jurídica supostamente violada, ainda que a ação rescisória seja fundamentada em manifesta violação da norma jurídica.

DIREITO PENAL**QUESTÃO 80**

De acordo com o entendimento do STJ, é aplicável o princípio da insignificância na hipótese de crime

- A de descaminho, ainda que o agente responda a outros procedimentos fiscais, desde que o benefício econômico do crime seja inferior a dez mil reais.
- B contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- C de peculato, quando o bem jurídico tutelado for suscetível de valoração econômica.
- D de pesca, em período em que essa atividade esteja proibida ou em lugares interditados por órgão competente.
- E contra a fé pública.

QUESTÃO 81

Considerando o entendimento do STJ com relação aos crimes previstos no CP, assinale a opção correta.

- A A intenção de obter lucro fácil e a cobiça podem ser utilizadas como causas de aumento da pena-base em caso de crime de corrupção passiva.
- B O crime de falsidade não pode ser absorvido pelo crime de descaminho, mesmo quando neste se exaure aquele, ainda que a pena no caso de crime de descaminho seja menor.
- C O crime de desacato não foi recepcionado pela CF.
- D A inserção de dados falsos no currículo Lattes resulta na prática de crime de falsidade ideológica.
- E A importação de coletes à prova de balas sem prévia autorização do comando do Exército configura crime de contrabando.

QUESTÃO 82

De acordo com o entendimento do STJ, assinale a opção correta a respeito dos crimes previstos na legislação extravagante.

- A A configuração do crime de transporte de carga tóxica em desacordo com as determinações legais e regulamentares depende da ocorrência de lesão efetiva.
- B A prática de furto por adulto com a participação de dois adolescentes enseja a condenação por dois crimes de corrupção de menores, em concurso formal com o crime contra o patrimônio.
- C O transporte de granadas de gás lacrimogêneo configura crime de porte de artefato explosivo.
- D A extinção da punibilidade do crime antecedente por prescrição impede a punição do crime de lavagem de dinheiro.
- E O indivíduo que, em estado de embriaguez, comete homicídio culposo no trânsito deve responder pelas duas condutas de forma autônoma e em concurso material.

QUESTÃO 83

Com a intenção de praticar um golpe, Luiz pagou diversos produtos comprados em determinada loja com um cheque clonado pré-datado. Antes da data do vencimento do cheque, Luiz, arrependido, retornou à loja e trocou o cheque por dinheiro em espécie, tendo quitado o débito integralmente.

A respeito da conduta de Luiz na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Houve arrependimento eficaz.
- B Houve desistência voluntária.
- C Houve arrependimento posterior.
- D A conduta foi atípica, devido ao fato de o cheque ter sido pré-datado.
- E A conduta configurou tentativa.

QUESTÃO 84

É considerada circunstância atenuante da pena o fato de o agente

- A praticar o delito em estado de embriaguez voluntária.
- B praticar o crime sob a influência de multidão em tumulto, ainda que o tenha provocado.
- C possuir baixo grau de instrução do agente, no caso de crimes ambientais.
- D praticar crime ambiental em período de defeso à fauna.
- E possuir bons antecedentes.

DIREITO FINANCEIRO**QUESTÃO 85**

Determinado servidor público do estado de Pernambuco, insatisfeito com a instituição financeira em que recebe seu salário, requereu administrativamente à administração pública que seus proventos fossem depositados em instituição financeira privada.

Nessa situação hipotética, se for consultada a respeito do pedido, a PGE/PE, em consonância com o entendimento jurisprudencial, deverá manifestar-se

- A** contra o acolhimento do pedido, em decorrência do princípio da unidade de caixa.
- B** contra o acolhimento do pedido, tendo em vista a economicidade gerada à administração pública com o depósito em uma só instituição financeira.
- C** a favor do acolhimento do pedido porque o salário não é disponibilidade de caixa.
- D** a favor do acolhimento do pedido porque, embora seja disponibilidade de caixa, o salário tem natureza e destinação especiais.
- E** contra o acolhimento do pedido porque, embora não seja disponibilidade de caixa, o salário deve ser depositado em instituição financeira oficial, nos termos da CF.

QUESTÃO 86

Determinado município ajuizou ação contra o estado de Pernambuco, questionando a diminuição dos valores de repasse constitucional do ICMS. Conforme alegações do município: a diminuição resultou tanto da concessão de benefícios fiscais não aprovados pelo CONFAZ quanto de isenções aprovadas por esse conselho; o repasse total foi inferior a 25% da receita efetivamente auferida pelo estado.

No que se refere a essa situação hipotética, considere as asserções apresentadas a seguir.

- I Conforme o entendimento jurisprudencial a respeito da matéria, o juiz responsável pela ação deverá decidir a favor do município.
- II A concessão de benefícios ou isenções não pode impactar o repasse aos municípios, já que a titularidade da receita do ICMS não é exclusiva do estado.

Assinale a opção correta.

- A** As asserções I e II são falsas.
- B** A asserção I é verdadeira, e a II, falsa.
- C** A asserção I é falsa, e a II, verdadeira.
- D** As asserções I e II são verdadeiras, e a II é justificativa da I.
- E** As asserções I e II são verdadeiras, e a II não é uma justificativa da I.

QUESTÃO 87

À luz da LRF, considera-se despesa de pessoal para fins de atendimento aos limites orçamentários o(a)

- A** auxílio-transporte.
- B** FGTS.
- C** indenização por demissão de servidores ou empregados.
- D** assistência para custeio de educação pré-escolar.
- E** auxílio-alimentação.

QUESTÃO 88

Determinado estado da Federação, objetivando suprir insuficiência de caixa, apresentou consulta à PGE local sobre as possibilidades de obter recursos financeiros, em fevereiro de 2018 e sem autorização legislativa, mediante pagamento a prazo a ser quitado até novembro do mesmo ano.

Nessa situação hipotética, considerando as disposições da LRF, a PGE poderá indicar, para atender às necessidades do estado, a realização de

- A** operação de crédito, devendo a monta ser incluída na dívida pública fundada.
- B** emissão de títulos da dívida pública, devendo a monta ser incluída na dívida pública fundada.
- C** empréstimo em instituição financeira controlada pelo ente estatal, devendo a monta ser incluída na dívida pública fundada.
- D** antecipação de receita de tributo cujo fato gerador ocorra em abril do mesmo ano, devendo a monta ser incluída na dívida pública flutuante.
- E** operação de antecipação de receita orçamentária, devendo a monta ser incluída na dívida pública flutuante.

QUESTÃO 89

Conforme a Lei n.º 7.741/1978 do estado de Pernambuco, os recursos considerados disponíveis para fins de abertura de crédito suplementar e especial incluem

- A** o saldo da arrecadação prevista para o trimestre seguinte.
- B** o produto da arrecadação de tributos por empréstimo compulsório.
- C** o produto de operações de créditos autorizados, quando não previstos no orçamento anual.
- D** os recursos decorrentes da alienação de bens do patrimônio estadual.
- E** os ingressos na receita decorrentes de garantias prestadas.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO**QUESTÃO 90**

Conforme a doutrina, o princípio previdenciário que representa o sistema de repartição da seguridade social e garante a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais é o princípio da

- A** uniformidade da base de financiamento.
- B** seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços.
- C** solidariedade.
- D** equidade na forma de participação no custeio.
- E** diversidade da base de financiamento.

QUESTÃO 91

Hélio, filiado ao RGPS há mais de dez anos, foi demitido do emprego em fevereiro de 2018, interrompendo o recolhimento das contribuições sociais.

Nesse caso, Hélio

- A** manterá a qualidade de segurado até a readmissão em novo emprego, desde que esta ocorra no prazo de quarenta e oito meses.
- B** perderá a qualidade de segurado se não voltar a contribuir para o regime geral de previdência social, ainda que como facultativo, em até sessenta dias após a demissão.
- C** manterá a qualidade de segurado, sem limite de prazo, se estiver em gozo de benefício previdenciário.
- D** perdeu a qualidade de segurado, automaticamente, na data da demissão, se esta ocorreu por justa causa.
- E** manterá a qualidade de segurado por cento e vinte dias, a partir da homologação da demissão.

QUESTÃO 92

Em se tratando de prestações de aposentadorias do RGPS, o salário de benefício será

- A** dividido pelo fator previdenciário nas aposentadorias por idade e por tempo de contribuição.
- B** multiplicado pelo fator previdenciário, obrigatoriamente, nas aposentadorias por tempo de contribuição e especial.
- C** multiplicado pelo fator previdenciário, facultativamente, apenas na aposentadoria por tempo de contribuição.
- D** dividido pelo fator previdenciário nas aposentadorias por idade e especial.
- E** multiplicado pelo fator previdenciário, facultativamente, na aposentadoria por idade.

QUESTÃO 93

José é servidor do estado de Pernambuco desde 1.º/3/2005. Além disso, é segurado do RGPS, como contribuinte individual, desde 9/2/1990.

Considerando-se o entendimento dos tribunais superiores, nessa situação hipotética, José

- A** incorre em ilegalidade, pois não é permitido ao servidor do estado estar vinculado, concomitantemente, ao RGPS.
- B** não poderá auferir a aposentadoria dos dois regimes de previdência, ainda que cumpra, separadamente, os requisitos de cada um.
- C** poderá auferir dois benefícios de aposentadoria, um de cada regime, tendo direito à contagem em dobro do período exercido em concomitância.
- D** não poderá requerer contagem recíproca do tempo de contribuição.
- E** terá direito à contagem recíproca do tempo de contribuição apenas em relação aos períodos que não foram exercidos em concomitância.

QUESTÃO 94

No dia em que completou vinte e cinco anos e um mês de tempo de contribuição ao RGPS na condição de segurada empregada, Maria sofreu acidente de trabalho, o que a incapacitou permanentemente para o exercício de atividades laborais. Nesses vinte e cinco anos e um mês, não houve interrupção no tempo contributivo.

Considerando essa situação hipotética e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A** Maria terá direito à aposentadoria especial.
- B** O benefício garantido a Maria pela legislação previdenciária nesse caso independe de carência.
- C** Pelo fato de a incapacidade ter sido provocada por acidente de trabalho, será garantido a Maria o acréscimo de 25% do valor do benefício a ser recebido.
- D** Maria terá o prazo decadencial de cinco anos para ajuizamento de ação previdenciária em caso de indeferimento da concessão do benefício pela previdência social.
- E** Caso recupere sua capacidade para o trabalho, Maria poderá retornar à ativa, sem prejuízo de recebimento do benefício em gozo.

QUESTÃO 95

Com base no disposto na Lei Complementar n.º 28/2000, que trata do regime de previdência social dos servidores do estado de Pernambuco, julgue os itens a seguir.

- I Os servidores das autarquias e fundações estaduais titulares de cargos efetivos permanecem como beneficiários do regime de previdência social dos servidores do estado de Pernambuco quando cedidos à União.
- II O benefício devido ao segurado inativo e por ele não recebido em vida poderá ser pago aos pensionistas ou, na falta deles, aos sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.
- III Para fins de aposentadoria voluntária integral, o sistema exige tempo mínimo de idade e tempo de contribuição, sendo dispensável o preenchimento de tempo mínimo de efetivo exercício no serviço público.
- IV É possível, por exceção legal, o recebimento conjunto de aposentadoria e abono de permanência.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, III e IV.

DIREITO AMBIENTAL**QUESTÃO 96**

Conforme a Lei n.º 6.938/1981 e suas alterações, a servidão ambiental instituída para limitar o uso de parte de imóvel para a preservação de recursos naturais deve

- A** ser onerosa.
- B** ser instituída pelo proprietário.
- C** atender o prazo mínimo previsto em lei.
- D** ser instituída por instrumento público.
- E** respeitar a reserva legal mínima exigida.

QUESTÃO 97

De acordo com a Lei n.º 14.236/2010 do estado de Pernambuco, se implantar um programa de educação ambiental vinculado à Política Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), tendo como fonte recursos internacionais, o governo desse estado agirá

- A** ilegalmente, pois a PERS não permite o recebimento de recursos internacionais.
- B** legalmente, desde que os recursos internacionais não sejam a única fonte de incentivo do programa implantado.
- C** legalmente, pois o programa efetiva princípio expressamente previsto na PERS: o princípio da precaução.
- D** legalmente, já que a implantação de programas dessa natureza é uma das diretrizes da PERS.
- E** ilegalmente, porque a PERS não prioriza a educação ambiental, mas, sim, o incentivo da prática da logística reversa nos setores produtivos.

QUESTÃO 98

Determinada atividade poluiu parte de um rio no interior do estado de Pernambuco, o que comprometeu a pesca de subsistência no local. Diante dessa situação, um dos afetados pelos danos causados ajuizou ação indenizatória contra o responsável.

Nessa situação hipotética, a ação poderá ser julgada

- A** improcedente, se for comprovado que o poluidor observou os limites da emissão de poluentes, haja vista a sua responsabilidade ser subjetiva.
- B** improcedente, se o dano perseguido for de cunho moral, uma vez que os danos extrapatrimoniais não são alcançáveis em demandas com fundo de direito ambiental.
- C** improcedente, se for comprovado que a atividade que causou o dano era lícita, o que, por si só, caracteriza uma excludente da responsabilidade.
- D** procedente, independentemente do nexos causal entre a conduta e o dano, uma vez que a responsabilidade do poluidor é objetiva.
- E** procedente, independentemente da licitude da atividade e da observância dos limites de emissão de poluentes, uma vez que a responsabilidade do poluidor é objetiva.

QUESTÃO 99

A realização do estudo prévio de impacto ambiental como condição para que a Agência Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco licencie determinada atividade ou empreendimento caracteriza a aplicação do princípio da

- A** precaução.
- B** prevenção.
- C** cooperação.
- D** informação.
- E** participação.

QUESTÃO 100

Determinado empreendimento licenciado pelo estado de Pernambuco tem desrespeitado normas ambientais, o que vem causando danos ao meio ambiente. Diante desse fato, determinada associação legitimada deseja propor ação civil pública contra os responsáveis pelo dano.

À luz da Lei n.º 7.347/1985 e suas alterações, nessa situação hipotética,

- A** o foro competente será o do local do dano.
- B** a parte autora não poderá desistir da ação após sua propositura.
- C** o objeto da ação deverá ser condenação em dinheiro.
- D** o MP deverá ser habilitado como litisconsorte.
- E** as custas processuais deverão ser adiantadas pela parte autora.

Espaço livre